

O QUE A SOCIDADE REJEITA ... VAI SE TORNAR OBRA-PRIMA: O TRABALHO DOS CATADORES DE LIXO.

Ana Cristina Ribeiro Rohem¹

Resumo:

Este texto apresenta uma reflexão em torno de questões relacionadas à atual configuração dos fenômenos da informalidade e da exclusão, bem como das novas estratégias de persuasão, criadas pelo capital, diante dos entraves e obstáculos impostos ao processo de acumulação de riquezas, pela eminência e agravamento da crise ambiental. O presente cenário de escassez de matérias-primas e degradação da natureza tem proporcionado um repensar em relação à questão ambiental, não só no que se refere ao uso dos recursos naturais, da destruição e poluição do meio ambiente, mas, principalmente, sobre o processo contemporâneo de valorização do lixo, o qual pode ser percebido pelo crescimento do mercado de matérias recicláveis, que possuem como um dos elementos principais as indústrias de reciclagem e o trabalho informal dos catadores de lixo.

Palavras-chaves: trabalho, informalidade, exclusão e catador de lixo.

Abstract:

This text represents a consideration about topics related to the current informality work and exclusion phenomena configuration, as of

¹ O artigo condensa parte das reflexões contidas em dois capítulos da dissertação de mestrado intitulada "Enchendo e esvaziando lona para sobreviver: o cotidiano de catadores de lixo" defendida pela autora em 2004. Mestrado em Serviço Social-PUC-RJ; Assistente social da Prefeitura Municipal de Itaguaí.

the new strategies of persuasion created by funds in face to the hampers and obstacles imposed to the process of wealth accumulation, by the eminence and agravation of enviromental crisis. The present scenarium of raw material scarcity and degradation of nature have been causing a reconsideration about the the enviromental issue, not only of what is in reference to to the use of natural resources, to destruction and polution of envoriment, but, mostly, about the current process of garbage's valorization which can be noticed by the gowth of recycling material market that possess, as one of its most important elements, the recycling industries and the informal work of the garbage hunters.

Keywords: work, informality, exclusion, hand garbage.

Introdução

Neste artigo são apresentados alguns dos resultados de uma pesquisa sobre o significado do trabalho dos catadores de lixo, realizada no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro. Na imensa área ocupada por este aterro² estão presentes diversos elementos, de extrema relevância para o entendimento das relações sociais as quais compõem o ciclo econômico do comércio de materiais recicláveis, a saber: o poder do Estado, representado pela COMLURB, os catadores de lixo que ali trabalham e os intermediários do comércio de lixo, ou seja, os donos dos depósitos de matérias recicláveis, localizados no entorno do aterro, os quais compram o material dos catadores e os vendem às indústrias de reciclagem.

O processo de desvelamento desta realidade possibilitou, também, uma compreensão mais abrangente dos atuais desdobramentos das relações contraditórias entre capital e trabalho, que vêm adquirindo diferentes dimensões no decorrer das várias crises pelas quais o modo de produção capitalista tem passado. Tais Desdobramentos estão relacionados às significativas mudanças e redefinições nas esferas que compõem as sociedades capitalistas, que vêm incidindo, principalmente, no âmbito produtivo, no chamado mundo do trabalho.

² No total a área ocupada pelo aterro é de 1,3 milhão de metros quadrados, que se encontra limitada, ao su, pela Baía de Guanabara e, ao norte, pelos rios Sarapuí e Iguaçu.

Estas transformações têm refletido, de forma relevante, sobre a classe trabalhadora e, conseqüentemente, dando novas roupagens aos fenômenos da pobreza e exclusão social, além de apontar para as novas tendências nas formas sob as quais os indivíduos estão se inserindo no mercado de trabalho. Há um aumento da informalidade e do processo de flexibilização e a perda de direitos trabalhistas. O setor informal tem adquirido bastante complexidade, tendo se mostrado como um universo enigmático, o qual é composto por empregos de diversos níveis, tais como: trabalhadores por conta própria, que trabalham por tarefa (na agricultura, construção, serviços e outros setores); pessoas que trabalham de forma intermitente, nas vias públicas, ora como empregados, ora como ambulantes; e até pessoas qualificadas inseridas em trabalho mais contínuo.

A pesquisa realizada junto aos catadores de lixo do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho, permitiu a desmistificação de alguns aspectos relacionados à importância econômica do trabalho informal e das soluções tomadas pelos grandes detentores do capital aos problemas de ordem ambiental, principalmente no que se refere à disposição e tratamento do lixo urbano. Veremos, no decorrer deste artigo, que por de trás da ênfase dada às vantagens do setor informal, assim como do atual discurso de proteção ambiental, encontram-se escondidos os reais interesses do capital, que é a apropriação e a transformação deste setor em um campo propício para a criação de novas formas de acumulação de riquezas.

Repensado a questão do lixo

Em sua sede insaciável pelo lucro, o capital revela sua essência destrutiva, dissipadora, e manifesta uma contradição fundamental em seu processo de reprodução, ou seja, a crescente obsolescência programada e o desperdício em relação aos recursos naturais e sociais, que consistem em condições essenciais para a expansão da produção e do consumo, e que acabam confrontando-se, progressivamente, com o caráter limitado das potencialidades ambientais e com a finita capacidade de "utilização" dos recursos naturais. Este processo contraditório vem comprometendo tanto o equilíbrio ecológico quanto a própria existência humana.

Diante dos grandes desastres ecológicos ocorridos em todo o mundo, ocasionados pelas atitudes impensadas do homem que, imbuí-

do pela ganância, pelo acúmulo da riqueza, vem promovendo a destruição do ecossistema terrestre, a dimensão da crise ambiental passou, de certa maneira, a ser percebida pelos meios científicos, por alguns setores empresariais, governamentais e mesmo pela opinião pública. Nos debates em torno das principais ameaças produzidas ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao próprio homem, pela cultura do consumo, a questão dos resíduos tem conquistado as crônicas mundiais, especialmente do que diz respeito ao processamento, transporte e disposição final do lixo produzido nos grandes centros urbanos, além de questionamentos acerca da intensidade de geração e das possibilidades e limitações no seu reaproveitamento. Frente a esta realidade, as atuais discussões em relação à crise ambiental ressaltam a importância da reciclagem e do desenvolvimento sustentável.

As soluções apontadas para o tratamento das questões ambientais expressam, sem dúvida, valores associados aos recursos naturais e ao meio ambiente. Esta nova noção de desenvolvimento passa a considerar, também, a proteção dos recursos naturais e a manutenção da qualidade de vida das gerações futuras. A reciclagem é vista como solução fundamental para a preservação do meio ambiente, pois, além de diminuir o processo de extração de recursos naturais, a mesma consome menos energia do que a produção de matérias virgens. Ao se analisar estas novas tendências nas sociedades capitalistas em querer investir na proteção e recuperação do meio ambiente, surge uma indagação: será que os grandes detentores do capital, que estimulam a extração dos recursos naturais para a produção de bens de consumo, tomaram consciência dos efeitos perversos de sua ganância, e estão dispostos a reparar os crimes cometidos contra a natureza, mudando, assim, a sua relação com a mesma?

Tendo em vista a amplitude da crise ambiental a qual tem afetado, diretamente, a vida humana (escassez de recursos naturais, como a água potável, as mudanças climáticas e o surgimento e aumento de doenças de pele e respiratórias, entre outras), podemos até aceitar a afirmativa de que, em parte, o discurso a favor da preservação ambiental mostra uma certa preocupação da sociedade com as conseqüências da destruição da natureza em relação ao futuro da humanidade. No entanto, sabemos que a exploração de recursos naturais, de força de trabalho, constitui a base de sustentação e a perpetuação da acumulação de capital. Em meio às suas crises, o capital está sempre buscando estratégias que lhe possibilitem a obtenção do lucro, o que não será diferente

em relação à atual crise ambiental a qual é entendida por Mota "*como uma problemática inerente à maneira histórica que o capital subordinou a relação dos indivíduos com a natureza*" (MOTA, 2001, p.10). Ou seja, o processo contemporâneo de destruição ambiental traduz-se em uma das seqüelas da "produção destrutiva" realizada ao longo dos anos nas sociedades capitalistas.

Esta autora enfatiza que o reformismo presente nos movimentos ambientalistas que, ao centrarem as suas bandeiras de luta no que é produzido e consumido, tem ampliado as possibilidades das investidas do capital o qual vem criando uma cultura do capitalismo "ecologicamente reformulado," o qual tem sido demonstrado pelo crescimento da indústria de reciclagem e pela expansão do mercado de trabalho dos catadores de lixo.

O discurso oficial em defesa do meio ambiente, posto em evidência na opinião pública, e que vem nutrindo o imaginário da população, esconde os reais e mais importantes interesses do capital, que são a garantia e obtenção do lucro e da mais valia, através da gestão das questões ambientais e produção e comércio de materiais recicláveis pelas indústrias de reciclagem. Na realidade, as questões referentes à preservação do meio ambiente têm se tornado um novo objeto mercantil.

O discurso em defesa do desenvolvimento sustentável, que expressa a crença em uma sociedade mundial organizada com base em relações de livre mercado e cooperação internacional, é alvo de críticas por parte de muitos autores. Eles fazem um alerta em relação ao imperativo superficial de muitos dos discursos e negociações internacionais, e enfatizam o fato de que os instrumentos de colaboração dos países desenvolvidos, ao defenderem o suposto desenvolvimento sustentável, estão assegurando e mantendo a dominação e submissão entre credores e endividados, reafirmando seus territórios de influência geo-político-econômicos.

Mota aponta, neste sentido, que a crise ambiental é um processo determinado pela produção capitalista, e que as medidas voltadas para o seu enfretamento, longe de estabelecer limites à "produção destrutiva", revelam a tendência de transformá-la numa "destruição produtiva", pois a administração das suas seqüelas se configura em novas estratégias de acumulação.

As empresas têm se utilizado de um “marketing ecológico”, procurando demonstrar uma imagem de preocupação com o meio ambiente. Todavia, o que deseja, na verdade, é fazer com que seus produtos alcancem uma maior penetração no mercado consumidor, através da associação da imagem da indústria ao compromisso com a questão ambiental. Para Figueiredo (1995), “o ‘marketing ambiental’ constitui apenas uma máscara, sob a qual se esconde a verdadeira face de um dado empreendimento industrial e suas responsabilidades com a degradação ambiental” (FIGUEIREDO: 1995 p.38).

Para Braga a temática ecológica – ambiental é um novo passaporte utilizado pelas indústrias para a venda de novos produtos destinados aos chamados “consumidores verdes”, seguindo a lógica utilitarista e reducionista de coisificar valores, crenças e saberes em nome da ganância e do lucro. A formação deste mercado de “consumidores verdes” se dá pelo uso da propaganda que, explorando a preocupação ambiental dos indivíduos, convencendo-os com anúncios que, ao mesmo tempo, sensibilizam em relação às questões do meio ambiente, demonstram que a compra dos produtos implica na obtenção de poder, status, beleza, saúde, qualidade de vida e até felicidade. O autor cita, como exemplo, a vinculação propagandista do tabaco e de bebidas alcoólicas às atividades ecológicas e práticas saudáveis de esportes, assim como os anúncios para venda de alimentos naturais, imóveis de alto luxo, em harmonia com a paisagem e a ecologia, carros ultra-modernos que respeitam o meio ambiente, eletrodomésticos de última geração, e tudo mais para uma melhor qualidade de vida e sucesso pessoal dos indivíduos que adquirirem tais produtos.

No que se refere à questão da poluição ambiental pelas grandes indústrias de bens de consumo, este autor descreve:

“A lógica camuflada do eco-capitalismo, na visão mercantil, é de explicar nossa crise como falhas técnicas e propalar que o remédio será o controle da poluição, não discutindo o modelo econômico-desenvolvimentista, só as soluções isoladas. Essa é uma ecologia hipócrita e fascista. A noção de melhoria do meio ambiente baseia-se na tríade: produzir-poluir-despoluir, não se atua no sentido de evitar as causas, e sim, alguns dos efeitos da poluição” (BRAGA: 1993 p. 60).

Na visão de Braga, as tecnologias anti-poluição servem como uma cortina para o não enfrentamento e/ou mascaramento de processos poluidores. O autor destaca que a abordagem deste tema é alvo de um interessante ensaio do Greenpeace, sobre a maquiagem verde, que consiste em um documento que fornece elementos indicadores de que as empresas transnacionais (ETNs), em resposta às críticas ambientalistas/ecológicas, desenvolvem processos de subterfúgio verde para procurar preservar e expandir suas atividades produtivo-industriais, garantir seus mercados, posando como amigas e protetoras do meio ambiente e líderes da luta pela erradicação da pobreza.

Para o autor, a preocupação das empresas transnacionais com o meio ambiente deve ser compreendida no contexto histórico da reação das grandes empresas às crises ambientais. No passado, tais empresas simplesmente negavam a existência de problemas e de culpa por responsabilidades, e resistiam à adoção de mecanismos de controle, ou faziam uso da chantagem trabalhista, ameaçando transferir a produção para outro local. No entanto, em virtude do crescimento dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada contra a degradação do meio ambiente, ocorridos nas décadas de 1970 e 1980, o aumento, sem precedentes, da tomada de consciência ambiental começou a incomodar e a ameaçar o potencial da saúde financeira das ETNs. Diante deste fato, a reação destas empresas foi a de cooptar a causa do meio ambiente, importando terminologia numa contra-estratégia de intenso marketing ecológico, usando e abusando de terminologias como: "ambientalmente seguro" e "desenvolvimento sustentável" para justificar suas produções. Deste modo, continuam ganhando dinheiro, prestígio e, de quebra, estão "ajudando" os países pobres a atingir um desenvolvimento sustentável.

Com isso, as indústrias capitalistas vêm preservando a sua finalidade principal que é o lucro, desenvolvendo outras tantas iniciativas, além destas citadas por Figueiredo, como a reciclagem de produtos industrializados ou a chamada gestão empresarial ambiental, com a finalidade de redefinir o processo de produção e, principalmente, refuncionalizar o consumo da força de trabalho através da criação de novos mecanismos de cooperação que dotam a cadeia produtiva de diferentes formas de trabalho.

Neste sentido, o "marketing ecológico" serve como um mecanismo pelo qual é possível mobilizar as forças sociais e o Estado em favor dos interesses do grande capital que cria, através do discurso afirmativo

da responsabilidade empresarial para com o meio ambiente, um aparente consenso entre as iniciativas capitalistas, os movimentos ambientalistas e o controle público do meio ambiente.

Em relação à participação do Estado frente à crise ambiental, é importante enfatizar que a sua intervenção ocorre através de um conjunto de iniciativas que possuem uma dinâmica contraditória: ao mesmo tempo em que adquire funções de regulação das condições de utilização dos recursos do meio ambiente, incorporando parte das reivindicações dos movimentos ambientalistas, e criando normas e exigências para as empresas industriais, assume, também, como suas, parte das iniciativas das empresas para reverter, em capital, situações que estabelecem limites à sua produção de mercadorias.

O Estado acaba, portanto tornando-se um parceiro do capital, na medida que age como mediador dos processos de gestão das questões ambientais, principalmente, no que se refere às atividades ligadas à produção e ao comércio de materiais recicláveis, pois atua viabilizando, direta ou indiretamente, o processo de transformação do lixo em mercadorias, através da organização da limpeza urbana, incentivando a prática da coleta seletiva e, também, integrando a mão-de-obra do catador de lixo aos serviços de limpeza pública por meio da criação e organização de cooperativas de catadores.

É importante salientar que as sociedades contemporâneas estão vivenciando um momento de profundas e significativas transformações societárias, ocasionadas pelo processo de reestruturações da esfera da produção e pelo avanço da adoção de políticas de cunho neoliberal no trato das questões sociais. Neste sentido não podemos deixar de enfatizar que soluções criadas, atualmente, para o tratamento da crise ambiental, sobretudo no que se refere ao tratamento das questões relacionadas ao grande volume de resíduos produzidos, diariamente, em todos os países do mundo, estão pautadas em novos modelos de gestão das crises sociais, que consistem na privatização e terceirização de serviços, os quais deveriam ser executados pelo Estado, tendo como justificativa a redução dos custos sociais.

Tem ocorrido, nos últimos anos, aumento da terceirização dos serviços de limpeza urbana nas cidades de médio e grande porte. No Brasil, este modelo de gestão da questão dos resíduos vem sendo cada vez mais adotado em substituição aos serviços até então executados pela administração municipal. Esta modalidade de presta-

ção de serviços ocorre através da contratação, pela municipalidade, de empresas privadas, as quais executam com seus próprios meios (equipamentos e mão-de-obra), a coleta, limpeza de logradouros, tratamento e a destinação final dos resíduos. Com isso, a operacionalização de serviços de tratamento e disposição do lixo tem sido considerada como uma das maiores fontes atuais de lucratividade para grandes empresas brasileiras.

No dia 24 de março, deste ano, foi publicada pela Revista Veja uma reportagem intitulada, "*O lixo que é um verdadeiro luxo*", a respeito dos acordos, realizados, sob a forma de licitações, entre a prefeitura de São Paulo e empresas privadas, para a operacionalização dos aterros sanitários que servem de destino final para o lixo da cidade. As empresas vencedoras da licitação explorarão o serviço de coleta e tratamento do lixo por vinte anos, sob acordos que podem ser renovados por mais vinte anos, o que faz supor que os contratos poderão ser válidos até o ano de 2044. Para tal tarefa, a prefeitura da cidade pagará às empresas um valor de *9 bilhões de reais*. De acordo com informações contidas na reportagem, a concessão para coleta de lixo da cidade de São Paulo é considerada um dos maiores negócios realizados, recentemente, no Brasil, superando os valores pagos em transações de compra de grandes supermercados e empresas de telefonia.

As considerações aqui realizadas evidenciam que as iniciativas tomadas frente aos problemas ambientais buscam resgatar a funcionalidade capitalista, abalada pela deterioração ambiental e miséria humana, tidas como os principais dilemas e impasses criados pelo modelo de crescimento econômico pautado no consumo desenfreado, vigente na sociedade. Atividades como a proteção do meio ambiente tornaram-se fontes crescentes de rentabilidade, revelando o grande poder que o capital possui em apropriar-se de uma série de situações e de extrair delas potencialidades que lhe possibilitem a criação de mecanismos para o acúmulo de riqueza.

O olhar da sociedade sobre o catador de lixo

De modo geral, a figura de pessoas que trabalham em atividades relacionadas ao lixo está associada aos aspectos presentes "no mundo do lixo", como a sujeira, a podridão, a imundície ou a coisa que não presta mais. É comum ouvirmos pais chamarem a atenção dos filhos

para a importância dos estudos, fazendo uso de expressão como: “se você não estudar vai virar lixeiro!” Neves & Bahia (1992) descrevem que os “garis”, por muito tempo, foram vistos como “coisa menor” dentro da administração pública municipal. Segundo estes autores:

“Aos funcionários indesejáveis restava serem deslocados para o setor de limpeza, ou seja, cabia ao funcionário inservível trabalhar com o material inservível da coletividade. Ser gari ainda era carregar o peso do barril à cabeça, semelhante aos escravos” (NEVES & BAHIA, 1992, p. 15).

Enfatizam que a noção relativa ao trabalho dos “garis” vem sendo alterada devido à visão da essencialidade dos serviços de limpeza urbana, sobretudo no campo da saúde pública, pois as ações nocivas à saúde do homem passam a ter uma nova dimensão. O que era considerado saneamento básico tempos atrás – abastecimento de água e rede de esgoto – transfiguram-se em abastecimento de água, recolhimento e tratamento do esgoto, coleta e disposição final dos resíduos sólidos, drenagem e controle dos vetores. Neste contexto, os trabalhadores da limpeza passaram a ocupar uma posição de maior responsabilidade dentro da sociedade.

Se, por um lado, a sociedade tem mudado suas concepções a respeito dos “garis”, supõe-se que esta perspectiva ainda não tem sido a mesma em relação aos outros tipos de catadores de lixo, que são considerados como mendigos e, não raro, como pessoas de má índole. Ou seja, elas acabam recebendo da sociedade o mesmo tratamento dado ao lixo, como algo que precisa ou tende a desaparecer, que deve ser isolado para longe da vista. Para Eigenheer (1992).

“Os coletores e os locais de destinação do lixo recebem o tratamento similar a pessoas e espaços ligados a ‘produções’ da sociedade: cemitérios, manicômios, hospitais terminais, prisões e albergues para mendigos. São lugares malditos, relegados aos ‘cantos’ e à ‘periferia’ da cidade assim como o lixo em nossas casas” (EIGENHEER, 1992, p. 11).

Na visão do autor, o lixo parece trazer, em muitos contextos, o estigma da morte. O termo estigma foi criado pelos gregos para se referirem aos sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Estes sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisa-

vam que o portador era um escravo, um criminoso ou um traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada, especialmente, em lugares públicos (GOFFMAN, 1988, p. 11).

Goffman trabalha a questão do estigma, enfatizando que, com o desenvolvimento dos estudos sobre a patologia social, a palavra voltou a ser conotada à degradação. Hoje em dia utiliza-se o termo amplamente, de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original. No entanto, é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além de ter havido mudanças nos tipos de desgraça que causam preocupações, na visão do autor, foi feito um retorno ao sentido condenatório do termo, porém, não se procedeu ao estudo ou à simples descrição das condições estruturais do estigma, nem tão pouco houve uma preocupação em precisar a noção de estigma. Neste sentido o estigmatizado foi sempre tomado como protótipo do bandido social, por inclusiva culpa sua, sendo penalizado e colocado à margem da sociedade.

Aponta Goffman que a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e de somar o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias que têm probabilidade de serem encontradas nos ambientes sociais. O conjunto de atributos dos indivíduos forma a sua “identidade social”. E o processo de sua categorização, pela sociedade, propicia a criação de estereótipos nos quais se estabelecem as características que se espera encontrar em cada indivíduo, de acordo com os vários ambientes sociais. Esta caracterização imputada, de forma “efetiva” pela sociedade, aos indivíduos é denominada, pelo autor, de “identidade social virtual”, a qual consiste em preconceções que são transformadas em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. Muitas vezes, a “identidade social virtual” projetada pela sociedade sobre os indivíduos apresenta uma discrepância em relação à “identidade social real”, que se expressa nos atributos que eles, na realidade, provam possuir. As características apresentadas pela “identidade social real” dos indivíduos podem ir contra as características normativas da sociedade, fazendo com que as pessoas deixem de ser consideradas criaturas comuns e completas, sendo reduzidas à condição de pessoas estragadas, diminuídas. Assim, tais características são consideradas estigmas, principalmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande. Goffman afirma que um “*um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre o atributo e o estereótipo...*” (*ibid*, p. 13).

No caso dos catadores de lixo, poderíamos dizer que tanto o tipo de ocupação que possuem como os aspectos visíveis dela originários- como o seu ambiente de trabalho, sua aparência física em decorrência da sujeira e do mau estado de suas roupas- podem ser considerados como atributos incongruentes às normas estabelecidas pela sociedade em relação às ocupações tidas como dignas de reconhecimento. Neste caso, estes indivíduos que poderiam ser facilmente recebidos nas relações sociais cotidianas, na verdade não o são, por possuírem um traço – o trabalho com o lixo – que se impõe à atenção e afasta aqueles com os quais encontram, destruindo a possibilidade de atenção para os demais atributos seus.

Por possuírem um estigma, ou seja, uma característica diferente daquelas previstas pela sociedade, os catadores de lixo, e outros segmentos como, por exemplo, os portadores de deficiência, as prostitutas, pessoas com transtornos psiquiátricos entre outros, os quais apresentam algum atributo “desviante” da normalidade social estabelecida, são, também, rotulados e conceituados como “excluídos” pela sociedade. Isto porque o conceito de exclusão tem sido amplamente empregado para denominar a condição social em que se encontram muitas pessoas estigmatizadas em nossa sociedade.

A utilização, de forma fluida, do termo “exclusão” para explicar os principais problemas sociais que configuram a questão social contemporânea tem contribuído para um não desvelamento das especificidades dos processos sociais que ocasionam a pobreza, o desemprego e tantos outros problemas que têm vitimado grande parte da classe trabalhadora. Da forma como vem sendo empregada a noção de exclusão, parece designar uma condição social vivenciada fora da estrutura social, como se existissem duas sociedades: uma formada por indivíduos que preenchem os requisitos de cidadãos completos e produtivos, e outra composta pelos “desnecessários” e economicamente improdutivos. Quando o que existe, na realidade, é uma mesma estrutura social na qual as contradições que embasam as relações sociais nela existentes fazem com que a inserção e a permanência dos indivíduos na sociedade aconteça de forma desigual.

Nesta perspectiva compartilhamos do pensamento de Souza Martins (1997), o qual defende a idéia de que na sociedade capitalista não existe exclusão, o que existe são contradições, processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Para o autor, o uso equivocado e

mecânico do conceito de exclusão como explicação para os problemas sociais faz com que a exclusão deixe de ser vista como expressão das contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista, para ser vista como um estado, uma coisa fixa, irremediável e fatal. A vaga interpretação fornecida pela noção de exclusão não permite que se encontre uma explicação das reais causas dos problemas sociais, que se referem às formas pelas quais os indivíduos são incluídos na estrutura social. Diante deste prisma, o autor enfatiza que,

“De repente esta categoria tão extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a exclusão, substitui a idéia sociológica de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modos de marginalização). O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora da suas ‘melhores’ e mais justas e ‘corretas’ relações sociais privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando de fato, esse movimento as está empurrando para ‘dentro’, para a condição subalterna, de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestam em face de privações, injustiças, carências” (SOUZA MARTINS, 1997, p. 16-17).

A partir desta constatação, Souza Martins proporciona uma reflexão sobre as formas de inclusão social dos indivíduos na sociedade capitalista, as quais deveriam ser, em sua concepção, os verdadeiros alvos dos estudos que se dedicam a fornecer uma interpretação das inúmeras mazelas sociais existentes na sociedade. Para o autor, atualmente tem se discutido muito sobre a exclusão, no entanto, estas discussões não abordam questões referentes às formas pobres, insuficientes e até indecentes de inclusão. Aquilo que é amplamente chamado de exclusão é, na verdade, o contrário dela, ou seja, a exclusão nada mais é que um conjunto das dificuldades, dos modos e problemas oriundos de uma inclusão precária, instável e marginal de uma parcela de indivíduos na sociedade.

Consideramos que as formas de inclusão dos indivíduos, nas sociedades capitalistas, obedecem a critérios relacionados à posição dos mesmos na divisão social do trabalho, que vai indicar de que classe social ele fará parte, isto é, das classes subalternas ou das classes dominantes. Assim, as formas pelas quais os indivíduos são incluídos no processo produtivo consistem em elementos fundamen-

tais para a sua inclusão nos demais âmbitos sociais. Atualmente, os trabalhadores que possuem pouca ou nenhuma qualificação profissional estão sendo “excluídos” do mercado de trabalho formal. O fato de não conseguirem se manter incluídos em melhores condições de trabalho faz com que estes trabalhadores busquem outras formas de inclusão no setor produtivo, que se expressam, principalmente, pelo exercício de trabalhos precários. Esta forma de inclusão propicia-lhes a garantia de sua sobrevivência, mas não a sua reintegração em uma sociabilidade que lhes proporcione uma condição de dignidade social, pois trata-se de uma inclusão subalterna, na qual sua dignidade pessoal fica comprometida. Estes trabalhadores se integram, economicamente, porém, se desintegram moral e socialmente. Neste caso podemos enfatizar, fazendo uso da expressão de Souza Martins, que este tipo de inclusão social se configura em uma “inclusão perversa”, já que a forma pela qual estes trabalhadores se encontram incluídos na sociedade os lança em condições de subalternidade, privando-os do acesso aos direitos sociais e tornando-os cada vez mais subordinados à lógica da acumulação capitalista.

Souza Martins sinaliza que o problema da exclusão nasce com a sociedade capitalista por ser uma sociedade regida pela lógica da acumulação, da compra e venda de mercadorias para obtenção de excedentes, do lucro e da mais valia. Esta é a lógica do mercado, da circulação, na qual tudo é sinônimo de riqueza que circula, de mercadoria, inclusive a força de trabalho. Nesse contexto,

“O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio desta lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica...” (ibid. 1997, p. 32).

Em virtude das atuais transformações no mundo do trabalho, diante da falta de qualificação para atender às exigências do mercado de trabalho, a classe trabalhadora passou a vivenciar longas situações de desemprego, e a fase da exclusão para inclusão torna-se não mais transitória, e sim num modo de vida, que implica em degradação. Muitos programas de reinclusão destes trabalhadores dentro do plano da

moralidade social não acontecem de forma completa, ficando restritos ao âmbito econômico, no sentido restrito de garantia da sobrevivência.

Diante deste prisma, podemos enfatizar que os constantes processos de exclusão e inclusão pelos quais estão sujeitos os indivíduos fazem parte da dinâmica do movimento dialético no qual são produzidas as relações sociais na sociedade capitalista. E, por este motivo, os indivíduos envolvidos nesta dinâmica social podem, em um dado momento, sofrer algum tipo de exclusão, como, por exemplo, a exclusão do mercado formal de trabalho, porém, isto não implica em sua exclusão total da estrutura social. A exclusão do mercado formal de trabalho pode propiciar a inclusão dos trabalhadores em atividades informais as quais, por sua vez, possibilitam, mesmo que precariamente, a inclusão dos mesmos no mercado, pelo consumo de mercadorias e, também, pela contribuição econômica da atividade que exercem, a qual beneficia a acumulação capitalista. Assim, de fato, não podemos dizer que, em nossa sociedade, existem indivíduos vivendo um processo de exclusão completa, que os lança para fora da estrutura social, passando a não ter nenhum vínculo ou "utilidade" social. Pode se afirmar que existem indivíduos incluídos de modo diferenciado e precário, os quais não conseguem ter acesso aos bens e às riquezas socialmente produzidos, porém, continuam contribuindo para o processo de produção e acumulação de capital.

Este fato pode ser claramente entendido quando reportamos nossa reflexão para a realidade vivenciada pelos catadores de lixo. Este segmento da sociedade é composto por trabalhadores e trabalhadoras que não encontraram um lugar no mercado de trabalho formal, sendo obrigados a buscar outras alternativas de sobrevivência no âmbito da informalidade. A inclusão desta parcela da classe trabalhadora no mercado de trabalho informal ocorre, em um primeiro momento, pela execução de atividades como a de servente de pedreiro, vendedores ambulantes, serviços domésticos, feirantes, entre outros. Logo em seguida, estes indivíduos enfrentam dificuldades em se manter nestes postos de trabalho devido ao aumento da concorrência pelo emprego e, também, pela sua falência financeira, no caso dos trabalhadores autônomos, ou seus de empregadores, como, por exemplo, as empregadas domésticas que são demitidas em virtude das dificuldades financeiras de seus patrões. Sendo assim, estes trabalhadores que necessitam manter-se incluídos no sistema econômico e social para garantir a sua sobrevivência e, também, a de sua família, acabam encontrando na catação de lixo os meios para esta inclusão social.

No entanto, a obtenção dos meios para a sobrevivência, através da inclusão na atividade de catar lixo, implica em submeter-se a uma condição precária, degradante e até mesmo subhumana de trabalho, a qual exerce influência sobre os processos de inclusão dos catadores de lixo nos demais âmbitos sociais. Os efeitos negativos que o exercício desta atividade traz sobre a vida dos que estão nela envolvidos podem ser expressos pelos processos de estigmatização e discriminação que vitimam os catadores de lixo, colocando-os como indivíduos participantes de uma “subhumanidade” baseada em situações de insuficiências, privações, que se desdobram fora do âmbito econômico. Eles podem ter o dinheiro para consumir, no mercado, porém, são considerados cidadãos de segunda classe e, com isso, *“está se criando um novo mundo, uma espécie de sociedade tipo feudal: as pessoas separadas por estamentos, por categorias sociais rígidas que não oferecem alternativas de saída...”* (SOUZA MARTINS, *ibid*, p. 36).

Esta “subhumanidade”, da qual fazem parte os catadores de lixo, assim como outros segmentos incluídos perversamente na sociedade, torna os indivíduos indesejáveis e indignos de serem aceitos nas relações estabelecidas em alguns ambientes sociais, mas não impede que os mesmos continuem sendo economicamente úteis para o capital. No caso dos catadores de lixo constatamos, através da pesquisa, que estes trabalhadores possuem um papel econômico fundamental, pois, além de pagarem seus impostos e consumirem os produtos em circulação no mercado, o trabalho que realizam, separando, dentre o lixo, materiais recicláveis, constitui-se em uma das principais tarefas que movimentam o ciclo econômico da reciclagem. Os catadores são os trabalhadores que dão início ao processo de transformação do lixo em lucro pelas indústrias de reciclagem. Sem sua presença neste processo, a acumulação capitalista ficaria prejudicada em virtude de, ainda, não haver uma implementação de serviços de coleta seletiva em todas as cidades brasileiras, que possibilite a estas indústrias adquirirem o material diretamente das companhias de limpeza urbana. E mesmo que houvesse a coleta seletiva, o excedente produzido no mercado pelo comércio de materiais recicláveis não seria tão significativo, pois acreditamos que a implantação da coleta seletiva, além de custar caro aos cofres das prefeituras, pode afetar a cadeia produtiva que envolve o circuito econômico do comércio de matérias recicláveis, composta pelos intermediários da compra e venda do material para as indústrias de reciclagem.

Neste contexto, fica evidente que o catador de lixo não se encontra excluído da sociedade. Ele é parte integrante do processo de acumulação capitalista que o excluiu da apropriação de bens e serviços sociais necessários a uma vida digna dentro da normalidade social, para incluí-lo em uma condição de subalternidade e submissão, facilitando o “uso e abuso” de sua força de trabalho para a perpetuação da produção de riquezas. Diante deste fato, o processo de exclusão vivenciado pelos trabalhadores, que fez com que os mesmos se submetessem ao exercício da atividade de catar lixo para garantir a sobrevivência, pode ser entendido do ponto de vista econômico como um processo de exclusão produtiva, pois, como catadores de lixo, estes indivíduos estão produzindo matéria-prima para as indústrias de reciclagem, ou seja, estão contribuindo para a produção de mercadorias, de valores de troca, que vão gerar o lucro e mais valia necessários para a reprodução do capital.

Diante do exposto, é importante enfatizar que esta discussão em torno dos processos de exclusão e inclusão social, os quais afetam a vida dos catadores de lixo, resulta de uma construção teórica sobre a problemática. E para alcançarmos a totalidade da questão envolvendo tais processos, torna-se necessário compreender qual a interpretação que os sujeitos, no caso os catadores, dão sobre o seu cotidiano.

Os depoimentos coletados nas entrevistas revelaram que os catadores de lixo do Aterro Metropolitano de Jardim sentem-se discriminados pela sociedade em virtude de sua ocupação. Alguns acreditam que a discriminação que sofrem não está relacionada apenas ao fato de serem catadores de lixo, mas, também, à sua condição social, isto por serem pobres, negros ou moradores de áreas de risco social.

O fato de trabalhar em um ambiente sujo e insalubre, catando matérias recicláveis entre os detritos contidos no lixo, torna o catador sujeito a um processo de desvalorização de sua condição humana, que implica em um processo de não aceitação e de desrespeito, por parte da sociedade, que não os reconhece como pertencentes ao mundo dos cidadãos, que merecem crédito ou confiança. Por este motivo, como considerado anteriormente, os catadores de lixo são estigmatizados e têm a sua imagem associada à de pessoas as quais sua presença parece oferecer perigo à sociedade. Alguns catadores percebem que são desconsiderados como cidadãos, mesmo com a contribuição de seu trabalho para a preservação do meio ambiente. Como explicam: pelo modo como são tratados, não só pela socieda-

de, em geral e, inclusive, pelos responsáveis pela manutenção do aterro, os quais, na opinião de alguns catadores entrevistados, dão mais valor ao solo e ao meio ambiente do que às pessoas que estão ali trabalhando para sobreviver.

– “O catador não é reconhecido nem respeitado. Eles têm mais preocupação com o solo que nós pisa de que com as pessoas. Eles se preocupa muito com o solo, mas não se preocupa com o ser humano que faz o solo; hoje, se o solo tá firme aqui, agradeça ao catador (...) se fosse aterrar esse material todinho, o solo não taria firme como tá não. E tinha poluído muito mais o meio ambiente do que tá poluído hoje. E o que eles dão a gente? Nada, nem direito (...) eu acho que o catador não é muito reconhecido sobre o trabalho dele...”

Os catadores não gostam da imagem que é projetada pelas pessoas de fora, ou até mesmo por algumas que trabalham dentro do aterro. Segundo eles, a mídia (jornais e televisão) e as pessoas de fora que, freqüentemente, visitam o aterro, não reconhecem o trabalho no lixo como uma forma “digna” de obter o sustento da família. Na visão dos catadores, a imagem que chega até à sociedade degrada a sua personalidade, pois, constantemente, os jornais projetam uma imagem das pessoas que trabalham, catando lixo, como sendo a de mendigos, marginais, que vivem como animais no meio do lixo, disputando lixo e comida com os urubus. Mas eles não se consideram assim, pelo contrário, acham que o trabalho no lixo é um meio de “ganhar a vida”, de garantir o sustento diante do desemprego, e estar trabalhando no lixo é melhor do que roubar ou se prostituir.

Diante desta projeção negativa que percebem ter a sociedade em relação àqueles que trabalham na catação de lixo, os catadores do Aterro de Gramacho, assim como todo o indivíduo estigmatizado pela sociedade, acabam criando uma capa defensiva em virtude do sentimento de vergonha adquirida pela imagem que a sociedade transmite deles, ficando, muitas vezes, constrangidos na presença de pessoas estranhas que visitam o local.

Para os catadores entrevistados, as pessoas de fora só expõem a imagem negativa do trabalho no lixo, e não mostram a realidade da forma que é relatada por eles, levando em consideração apenas os seus próprios pontos de vista.

– “...eles acham que as pessoas que trabalham aqui no aterro é pessoas doente, pessoas drogada, pessoas que não têm casa, que não têm prá onde ir (...) quase ninguém aqui gosta de dá entrevista, falar em jornal porque eles não falam sobre o catador e sobre o aterro. Eles mais esculacham, botam um montão de coisa que não tem nada a haver, não falam o que a gente fala. As vezes eles botam a nossa foto no jornal e falam – ah eles brigam com os urubu por causa de comida, por causa disso- mas não é nada disso.(...) é degrine a imagem, tanto que nem todo mundo gosta de dá entrevista, de aparecer, sempre quando eles vem aí filmar, tá todo mundo com o rosto tampado, ou então não para prá falar, prá dá atenção. Porque eles não falam a realidade, eles falam coisas que vem da mente deles, nunca fala o que a gente fala”.

Os catadores expressam, em suas falas, o desejo de serem reconhecidos e respeitados como seres humanos que estão procurando garantir a própria sobrevivência e de sua família, de maneira digna, ou seja, sem precisar “roubar ninguém ou se prostituir”. Eles não se consideram mendigos, mas sim trabalhadores e contribuintes da sociedade.

– “As pessoas que chegam aqui é que a sociedade rejeita, falta de emprego, aí você chega aqui e encontra condições de sustentar sua família, sem depender de ninguém (...) ruim é falta de respeito que tem com o catador, isso aí é que é ruim. A sociedade não nos aceita. E a gente faz a melhor coisa para a sociedade porque o que a sociedade rejeita, que é o lixo- ninguém quer lixo na sua casa- aqui a gente recicla e ele vai se tornar material, obra-prima”.

Através do discurso dos catadores pudemos perceber que os mesmos se vêm como pessoas excluídas da sociedade, tanto pelo não acesso ao emprego quanto pela discriminação e o preconceito em relação à atividade que exercem. No entanto, os mesmos não percebem, com clareza, as causas pelas quais são discriminados, estigmatizados e “excluídos” de melhores condições de vida e trabalho. A maioria consegue enxergar que existe, em nossa sociedade, um processo de desigualdades sociais que leva a que as oportunidades não sejam iguais para todo mundo. Ou seja, percebem que nem todas as pessoas têm as mesmas chances de trabalho e acesso aos melhores serviços existentes na sociedade. A resposta dada pela maioria deles, acerca da falta de igualdade de oportunidades, demonstra que alguns acreditam que as

desigualdades sociais, presentes em nossa sociedade, são produto do destino, que determina a posição dos indivíduos nas relações sociais onde “alguns nasceram para mandar e outros para obedecer” ou, então, “quem nasce em berço de ouro tem mais chance de ser o que deseja”.

– *“Eu acho que isso aí vai muito da sorte, da criação da pessoa também, da família. Tem gente que nasceu em berço de ouro, que tem os pais que pode dar uma base pra eles, aí fica mais fácil. Agora quem não tem, não tem pai, não tem mãe que possa ajudar, aí fica mais difícil. Eu acho que o problema todo é esse.”*

Outros afirmam que o estudo é o fator primordial para conseguir ter acesso às melhores oportunidades na vida, especialmente um emprego de qualidade.

– *“... hoje em dia se não tiver estudo... Tem que ter um bom grau de estudo. Qualquer emprego aí, sai agora as vagas prá prefeitura. Se não tiver um bom grau de estudo não trabalha. Se não tiver estudo não tem serviço bom, tem que trabalhá disso aí oh, trabalhar na rampa mesmo, catar lixo.”*

Uma questão que consideramos relevante no discurso dos catadores refere-se à maneira como eles se culpabilizam pelo seu não acesso às melhores oportunidades existentes na sociedade, especialmente quando mencionam a importância de ter estudo como um elemento fundamental para alcançar boas oportunidades oferecidas. Expressam que o seu desinteresse ou a sua indisponibilidade em dar continuidade aos estudos por precisar trabalhar desde cedo, para ajudar no sustento da família, ou pela quantidade de filhos que possuem, não permitiram que tivessem melhores chances de trabalho.

– *“Algumas é pelos estudos, porque se interessou e foi até o fim, e já alguns não pode ir até o fim (...) uma certa parte da culpa é minha, porque eu deveria ter continuado meus estudos. Hoje em dia eu não taria aqui (...) a outra parte eu não posso dizer nada.”*

O que nos chamou a atenção nas falas dos catadores foi, justamente, esta postura de atribuir a si próprios a culpa, ou até mesmo a responsabilidade pelo seu fracasso social, pela sua atual condição de vida, como se tivessem sido incapazes de alcançar as oportunidades que a sociedade lhes oferece, em virtude de sua falta de esforço ou interesse próprio. Isto vem confirmar um grande trunfo do capital, o qual se traduz em seu poderio de persuasão que atua no plano das idéias, ou

seja, na formação da consciência dos indivíduos, através dos mecanismos ideológicos presentes nas sociedades capitalistas. Manipula-se, a todo o tempo, a forma como os mesmos percebem a realidade, a fim de impedir que a classe explorada desvele as reais bases de sustentação da lógica capitalista, facilitando, assim, a manutenção da condição de subordinação dos mesmos aos interesses do capital.

Trabalho limpo, trabalho sujo

O trabalho atravessa o tempo de existência da humanidade. Desde que o homem se reconhece como um ser portador de necessidades que precisam ser satisfeitas para manter-se vivo, tais como: comer, dormir, vestir-se, ter um local de moradia entre outras, ele começa a colocar em ação a sua capacidade de transformação dos recursos da natureza, pelo emprego de seu esforço físico e intelectual, em meios para garantir a sua subsistência. Este é o sentido que a teoria marxiana atribui ao trabalho, ou seja, uma atividade que tem por objetivo a produção de valores de uso, a adaptação dos meios exteriores às nossas necessidades, uma exigência física da vida humana comum a todas as formas sociais.

O trabalho como condição primeira e central da vida humana, não apenas proporciona ao ser humano os meios para a existência, como possibilita a sua criação e recriação através do relacionamento que os homens estabelecem entre si no processo de trabalho. O trabalho, então, adquire um caráter social, exercendo um papel fundamental na construção da identidade social dos indivíduos, sendo apontado como um elemento produtor da dignidade humana. Este sentido ontológico do trabalho como fonte de manutenção da existência e dignidade do homem, aparece nas falas dos catadores de lixo entrevistados, os quais concebem o trabalho como fonte de vida, de orgulho e dignidade humana, meio de ganhar a vida honestamente, como é evidenciado nas declarações seguintes:

– *“Trabalho é tudo, porque se você não tiver trabalho, praticamente você não tem nada na vida, não consegue comprar as coisas que você quer, sem trabalho você não é ninguém.”*

– *“Prá mim significa tudo. Orgulho que tem que ter, prá mim o trabalho significa tudo. Tem que ficar trabalhando prá viver”.*

No entanto, no modo de produção capitalista o trabalho passou a ter uma outra finalidade, que é a produção de valores de troca, visando

ao acúmulo de riquezas. No contexto das sociedades capitalistas, os homens são expropriados dos meios de produção que antes lhes propiciavam a satisfação de suas necessidades de subsistência e, perdem, assim, a oportunidade direta de pôr em atividade a sua faculdade de transformação dos recursos naturais em fonte de sobrevivência, por encontrar-se desprovido dos meios de produção. Com isso os indivíduos se vêm obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas, donos dos meios de produção, outorgando-lhes o direito de usufruir dela por um determinado período de tempo.

O trabalho assume formas distintas nas relações capitalistas de produção. Nesta perspectiva, podemos constatar que o significado dado ao trabalho se diferencia de classe para classe. Para a classe trabalhadora o trabalho mantém a sua finalidade primordial que é a reprodução da existência, todavia, para classe dominante o trabalho é sinônimo de produção de valores excedentes que visam à acumulação de riquezas. Além desta alteração no sentido do trabalho é possível afirmar, também, com base na discussão realizada por Braverman (1987), a partir de considerações retiradas do pensamento de Marx, que o desenvolvimento do processo produtivo baseado no modo de produção capitalista, acarreta uma transformação incessante nos processos de produção sob o ímpeto da principal força norteadora das sociedades capitalistas que é a acumulação de capital. Tais mudanças se refletem de dois modos sobre a classe trabalhadora: em primeiro lugar pelas transformações contínuas de cada ramo da indústria e, em segundo, pela reestruturação do trabalho entre ocupações e atividades.

As mudanças dos processos de trabalho advêm da evolução e aperfeiçoamento das forças produtivas e da necessidade do capital adequar-se às eventuais crises surgidas no decorrer dos vários momentos da história. O desenvolvimento tecnológico que proporcionou o emprego da automação contribuiu para a aceleração do processo produtivo e instaurou novas formas de modelagem dos processos de trabalho, as quais colocam em evidência uma maior possibilidade de lucratividade para o capital em detrimento da força de trabalho. Isto porque o processo de automação dos instrumentos de produção, ou seja, o emprego de máquinas cada vez mais sofisticadas tem acarretado uma redução do trabalho vivo, ou seja, de mão-de-obra humana, e exigido uma maior qualificação por parte dos trabalhadores para sua operacionalização.

Diante deste fato, o capital tem podido, no que se refere ao âmbito produtivo das grandes indústrias e empresas, garantir a acumulação de excedentes, fazendo uso de uma menor quantidade de força de trabalho, o que tem provocado uma maior pressão sobre os trabalhadores que permaneceram em seus postos de trabalho que, em virtude do crescimento do desemprego, estão cada vez mais passíveis e submissos ao domínio imposto pelo capital. Isto não significa que a parcela de trabalhadores expulsos do âmbito produtivo, por não se enquadrar às novas exigências do mercado de trabalho, deixam de ser necessários aos interesses do capital. Pelo contrário, eles passam de uma condição que permite ao capital controlar e explorar diretamente a sua força de trabalho, para uma condição de trabalhadores indiretamente submissos ao modo de acumulação capitalista.

A submissão indireta destes trabalhadores aos interesses do capital ocorre no âmbito da informalidade, que constitui um campo com possíveis chances de trabalho para a imensa parcela de trabalhadores vítima do fenômeno do desemprego. No entanto, a forma como os postos de trabalho no setor informal têm se apresentado no contexto atual, mostra que a mudança nos processos de trabalho se reflete, também, nesta esfera. Machado (1993) descreve que as transformações que ocorreram nas últimas duas décadas em relação aos determinantes sociais e políticos que cercam a questão da informalidade nas relações econômicas, serviram para demonstrar a complexidade adquirida pelo setor. De acordo com o autor, nos anos 1960 o trabalho informal compreendia formas de aproveitamento do trabalho que, nas economias consideradas subdesenvolvidas, era marcado pela instabilidade, pelo baixo nível de produtividade e baixa remuneração, obrigando os trabalhadores a uma dupla jornada, realizando, também, trabalhos domiciliares para a satisfação de parte de suas necessidades. Já nos anos 70, os componentes do trabalho informal foram redimensionados pelo acelerado crescimento demográfico das cidades do terceiro mundo, e passaram a ser entendidos como setor econômico que abrigava os trabalhadores incapazes de serem integrados aos setores produtivos mais importantes da economia capitalista em desenvolvimento.

Até o início dos anos 80 o setor informal compreendia um campo de atuação dos trabalhadores desqualificados, das empresas de baixo capital produtivo. Esta situação, porém, sofreu várias mudanças a partir da reestruturação do capitalismo no âmbito mundial. Desta forma, seguindo a lógica do processo de reestruturação produtiva

do capital global, que afeta as formas de exploração do trabalho e a conformação política dos estados nacionais, a informalidade deixa de ser um fenômeno restrito aos países subdesenvolvidos, passando a manifestar-se, também, nos países de economia avançada. No atual contexto as formas e os processos de trabalho no setor informal têm adquirido aspectos distintos, complexos e contraditórios, haja vista que as formas de inserção e os tipos de ocupações neste setor têm sido os mais variados possíveis. O imenso e complexo mundo da informalidade tem abrigado, atualmente, uma minoria de trabalhadores com alta ou média qualificação que executa, praticamente, as mesmas funções do mercado formal e se responsabiliza pelo pagamento dos custos de seus benefícios sociais e, também, uma maioria de trabalhadores com menor ou nenhum grau de qualificação que se encontra inserida em atividades precárias, vivendo em condições de orfandade em relação à proteção do Estado como provedor de seus direitos sociais. Grande parcela destes trabalhadores, por deixarem de contribuir para a previdência social, tornam-se desfiliaados do acesso aos benefícios sociais como a aposentadoria, pensão pós morte, auxílio doença, salário maternidade, entre outros.

Esta é a realidade de vida na qual estão inseridos os catadores de lixo do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho que, diante da falta de oportunidades de trabalho, encontraram na atividade de catar lixo uma saída para o desemprego. Nenhum dos catadores afirmou estar catando lixo por opção mas, para eles, a atividade de catar lixo se traduz em uma alternativa de garantir a sobrevivência diante das muitas tentativas fracassadas de inserção e permanência no mercado de trabalho.

– *“Bom não é, mais a gente precisa, tem que trabalhar. Com o desemprego que está, não tem serviço, tem que sustentar os filhos, resta ser catadora mesmo.”*

– *“Não é gostar. É que necessidade da gente obriga. Não tinha outra coisa, o jeito foi cair no lixo mesmo.”*

A maioria considera o trabalho no lixo bastante diferente dos demais tipos de trabalho em virtude das condições sob as quais executam a atividade, ou seja, sua exposição à sujeira e aos riscos aos quais são submetidos. A diferença maior entre a atividade de catar lixo e as demais ocupações pode ser manifesta pelo uso respectivo das expressões “trabalho limpo” e “trabalho sujo”.

– “... a única diferença é que isso aqui é um trabalho sujo, você vem com uma roupa limpa e você encosta ali na linha de produção você sai sujo, são todo sujo. Eu vou carregar um caminhão de plástico eu saio sujo e lá fora eu vou sair limpo. Se eu for trabalhar lá fora, eu naturalmente vou sair com a roupa limpa.”

Ao compararem o trabalho no lixo com outros tipos de trabalho, a falas dos catadores revela que, para alguns, catar lixo é um meio de garantir o sustento, mas não é um trabalho satisfatório. Para outros, devido à condição precária na qual estão submetidos, isto é, trabalhando em meio a tanta sujeira, o trabalho no lixo não é sequer uma profissão.

– “Pô, que profissão é essa? Trabalhando no meio do lixo, pô! Não, isso aqui não é profissão não. Eu não dou esse trabalho aqui para ninguém trabalhar nele.”

O sentido que os catadores de lixo atribuem a seu trabalho revela um emaranhado de contradições e ambigüidades. Consideram que a atividade de catar lixo “não é um trabalho bom” por ser insalubre, cansativo, perigoso e, especialmente, um trabalho “sujo”, mas ao mesmo tempo, ressaltam que é um trabalho através do qual eles gozam de liberdade, pois não têm patrão, e conseguem obter um rendimento melhor do que outro trabalho “lá fora”. Além disso, com exceção dos catadores cooperativados, estabelecem o seu horário de trabalho, ou seja, são trabalhadores “autônomos”.

– “... bom é que você tem liberdade. Você não tem ninguém prá te mandar, você não tem horário prá pegar horário prá largar. Se você chegar lá em cima e achar que o trabalho não tá bom, o que a gente faz? A gente arruma umas malas e volta pra baixo. Se tá bom, você trabalha”.

Estas “vantagens” apontadas pelos catadores constituem-se como um fator que contribui para a “acomodação” e o “conformismo” dos mesmos diante de suas condições de trabalho pois, segundo eles, “lá fora” não existem mais oportunidades de trabalho em virtude do seu pouco grau de instrução ou por se encontrarem fora da faixa de idade exigida pelo mercado de trabalho.

– “Tá muito difícil, inclusive já não vou ter para mim, prá várias pessoas na minha idade não tem mais emprego. Dezesseis, dezessete anos, vinte ano, trinta ano, quarenta ano já não tem mais emprego. Prá mim piorou, aí é que não tem mesmo.”

Avançando mais na análise do discurso destes catadores de lixo, vê-se que, na verdade, eles estão reproduzindo a racionalidade do discurso dominante que escamoteia o processo de exploração e dominação sob o qual estão as classes subalternas. Para a compreensão da dinâmica da composição dos processos de trabalho que dão corpo à complexa realidade dos trabalhadores informais, inclusive dos catadores de lixo, não se pode deixar de lembrar que, como afirmara Braverman (1987), “os processos de trabalho são produtos das relações sociais capitalistas” as quais se constituem através de uma imensa teia na qual coexistem interesses e relações de natureza antagônicas, que geram uma série de ambigüidades e contradições. Estas contradições não podem ser claramente percebidas pelos indivíduos, pois encontram-se escamoteadas e mascaradas pelos mecanismos político-ideológicos presentes em nossa sociedade, que mistificam as relações entre os dominantes e os dominados.

Os mecanismos de persuasão utilizados pelo capital disfarçam os efeitos perversos do processo de acumulação sobre as classes subalternas, traduzindo em vantagens o que, na realidade, consiste em mecanismos de exploração e deterioração da classe trabalhadora. Este novo cenário que compõe a informalidade configura-se em um espaço usado pelo capital como um dos campos estratégicos de perpetuação de seus interesses e manutenção da hegemonia das classes dominantes sobre as classes subalternas, mediante a ênfase dada, atualmente, às vantagens obtidas através de iniciativas de trabalhos “por conta própria”, ou melhor dizendo, as virtudes tão enaltecidas nos discursos sobre empreendedorismo e a empregabilidade, que têm impulsionado os indivíduos a almejam ter o seu próprio negócio como uma forma de alcançar uma ascensão econômica e social.

Encontramos apoio para esta afirmativa no estudo de Machado (2002) que chama a atenção para a questão da utilização das expressões empreendedorismo e empregabilidade, que apontam para novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material. Nesta perspectiva, podemos entender, com base na discussão do autor, que “o par empreendedorismo e empregabilidade como um mecanismo de convencimento ideológico que encaminha no sentido de construir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança”, cada vez mais presentes na era pós-moderna das sociedades capitalistas.

Frente a este prisma, a “autonomia” que os trabalhadores informais, no caso específico catadores de lixo, acreditam poder desfrutar, na verdade é falsa e se resume somente no fato de trabalharem “por conta própria” e não terem patrão. Mas, até o fato de não ter patrão acaba se tornando, na realidade, uma concepção simbólica, porque os trabalhadores podem não se encontrar sujeitos a uma pessoa física ou jurídica, uma vez que seu trabalho não está regido pelo contrato formal de compra e venda de sua força de trabalho, todavia, isto não significa que estejam totalmente livres, pois continuam submissos, não só a uma, mas a várias formas indiretas de controle, não de pessoas físicas ou jurídicas, e sim de “patrões invisíveis”, o capital e o mercado que, todo o tempo, subjagam o seu processo de trabalho.

Os catadores de lixo se auto denominam trabalhadores “autônomos” quando, na realidade, são parte integrante de uma cadeia que os torna dependentes em relação aos demais componentes do ciclo do comércio de materiais recicláveis, que são os intermediários e as indústrias de reciclagem que ditam as regras impostas pelo mercado. E se formos mais além nesta reflexão, a dependência dos catadores que trabalham no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho se estende, também, à COMLURB/S.A PAULISTA, que possuem o controle de sua entrada e permanência no aterro.

É importante enfatizar que o trabalho por conta própria está longe de proporcionar a liberdade no sentido pleno da palavra, porque a liberdade dos trabalhadores nas atividades produtivas no modo de produção capitalista é um mito criado pelo capital, pois os indivíduos, na verdade, não são livres, mas dominados, direta ou indiretamente. Esta liberdade se resume em um maior ou menor ocultamento da dominação e na perpetuação da acumulação de excedentes. O *“processo do capitalismo é o da expropriação permanente (...) ele só pode existir pela permanente diminuição das condições de liberdade real das classes subalternas”* (DIAS, 1996, p. 8).

O ocultamento da dominação política é para Dias, uma necessidade objetiva para o capitalismo, a aparência da liberdade individual é fundamental para a fluidez da forma de dominação, o que torna possível apresentar a liberdade de uma classe como sendo a de todas as demais. Pela supressão máxima da liberdade realizada no contrato de compra e venda da força de trabalho, que permite a exploração dos trabalhadores pelos compradores, cria-se a individualidade política que permite o ocultamento da opressão.

Outra questão relevante suscitada na pesquisa é a relacionada ao âmbito da informalidade e que, também, demonstra as ambigüidades nos discursos dos catadores. Apesar de toda ênfase dada às “vantagens” de serem trabalhadores “autônomos”, em contrapartida, em suas falas, expressam a importância do trabalho formal, de carteira assinada, e descrevem as garantias e os benefícios aos quais poderiam ter acesso, que a suposta “liberdade” e “autonomia” que possuem não lhes permitem usufruir.

– *“É bom ter carteira assinada, depois de um tempo você pode se aposentar. Tem um pessoal que tem muitos anos aqui e não sabem o que é aposentadoria”.*

Este fato demonstra o quanto é perverso o mecanismo político-ideológico utilizado pelo capital para facilitar a criação de um consenso favorável à adesão das classes subalternas à racionalidade dominante. Os catadores de lixo não conseguem vislumbrar, claramente, os efeitos nocivos do trabalho “autônomo” que lhes nega a possibilidade de acesso aos direitos sociais, ortogados pela legislação trabalhista. Os catadores de lixo, assim como os demais trabalhadores que fazem parte deste complexo e nebuloso universo informal de trabalho, são submissos indiretamente às forças capitalistas presentes no mercado. A “liberdade” e “autonomia” adquiridas fazem com que os cidadãos que trabalham “por conta própria” sejam, de igual modo, provedores de sua seguridade social, isto é, se estes trabalhadores desejam ter acesso aos direitos e benefícios sociais, devem conseguir os meios para obtê-los por “sua própria conta”, contribuindo diretamente para a previdência social, através do pagamento da autonomia, ou recorrendo ao mercado de serviços privados de aposentadoria e seguros sociais.

Não se pode concluir esta discussão sem entrar na questão da posição do Estado nesta mistificação e fetichização das contradições presentes na dinâmica das sociedades capitalistas. De acordo com as colocações de Dias (1996), o Estado se traduz em um arcabouço institucional viabilizador das possibilidades de dominação, um universo ideológico que constrói e veicula o exercício desta dominação, de forma tal que a violência, ou seja, a exploração e opressão se tornem invisíveis, e impedindo a exploração da rebeldia das classes subalternas. Isto é:

“O estado é um conjunto de aparelhos que está destinado a dar a maior potencialidade e coerência às classes dominantes, ele constituiu o arcabouço legal-institucional necessário à implementação

do monopólio da racionalidade capitalista(...) se apresenta como o Partido do Capital, construtor da racionalidade classista. É o produto articulado de lutas entre dominantes e dominados..." (ibidem, p. 8)

No contexto atual, o Estado liberal continua tendo um papel decisivo na constituição do chamado capital privado, como superparceiro das empresas capitalistas, individual ou coletivamente, atuando como garantidor das suas políticas de acumulação e reprodução, através da sustentação do arrocho salarial e negando, contínua e historicamente, os direitos dos trabalhadores. E, por fim, tem estimulado, mediante os mecanismos ideológicos contidos nas políticas governamentais, o movimento da sociedade em relação à atual racionalidade capitalista, a qual tem buscado, na exploração indireta dos trabalhadores informais, como os catadores de lixo, uma forma menos dispendiosa e de maior lucratividade.

Nestes processos de exploração do trabalho, no âmbito da informalidade, o capitalista se isenta do pagamento do salário aos trabalhadores que, na condição de "autônomos", como é o caso dos catadores de lixo, trocam o produto de seu trabalho, ou seja, os materiais recicláveis tirados do lixo, pelo valor imposto pelo mercado, sendo o seu rendimento proporcionado pela venda destes materiais, e não pela venda direta de sua força de trabalho, o que propicia aos compradores a obtenção de uma quantidade maior de sobrevalor, isto é, o excedente acumulado pelo fato terem se apropriado indiretamente de uma maior quantidade de trabalho não pago.

Referências Bibliográficas:

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- _____. *Adeus ao trabalho? ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- _____. *O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Ed. Cortez, março de 2002. Ano XXIII, nº 69.
- _____. *Dimensões da crise e metamorfose do mundo do trabalho*. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Ed. Cortez, março de 2002. Ano XXIII, nº 50.
- BRAGA, A. M. F. *A reviravolta do lixo*. (Dissertação de mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. Rio de Janeiro: 1993.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capitalismo monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, 3ª edição.
- CASTEL, R. *As armadilhas da exclusão social*. In Castel, R., Wanderley L. E. e Belfiori, M. (orgs.). *Desigualdades e Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- DIAS, E. F. *Capital e trabalho: a nova dominação*. In: Revista Universidade e Sociedade. Ed. ANDES, 1996. Ano VI, nº 70, Jan.
- EIGENHEER, E. *Lixo: morte e ressurreição*. In: *Transformando e reciclando os restos: o lixo passado a limpo*. Paço Imperial. Rio de Janeiro: 1992.
- FIGUEIREDO, P. J. M. *A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. Piracicaba: Ed. Unicamp, 1995.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite). Rio de Janeiro: Ed. LTC - Livros Técnicos e Científicos, 1988, 4ª edição.
- GONÇALVES, C. W. P. *O lixo pode ser um tesouro: um monte de novidades sobre um monte de lixo*. Livro 3, Centro Cultural Rio – Cine, Secretaria de Estado e Educação do Estado do Rio de Janeiro, 1992.

- MACHADO da S. L. CHINELLI, F. *Velhas e novas questões sobre a informalidade do trabalho no Brasil atual*. In: Revista Contemporaneidade e Educação. Ano 2, nº 1. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), 1997.
- _____. *Trabalho informal? Teoria, realidade e atualidade*. Ed. Tempo e presença, 1993. Ano XV, nº 269, maio/jun.
- _____. *Da informalidade à empregabilidade – reorganização no mundo do trabalho*. In: Caderno CDRH. Salvador: 2002. Nº 37 julh/dez.
- MARTINS, J. de S. *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. São Paulo: Ed. Vozes, 2001.
- _____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. coleção temas da atualidade. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.
- MARX, K. *O capital: a crítica da economia política*. São Paulo: Nova III TOMUS, 1985.
- _____. *O Capital. Edição condensada*. Tradução revista por Gesner de Wilton Mornago. Rio de Janeiro: Ed. MELSO, 1961.
- MOTA, A. E. *As transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o Serviço Social*. In: O Social em questão. PUC-RIO - Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro: 1997. Vol 1, nº 1, 1º sem.
- _____. *Entre a rua e a fábrica: Reciclagem e trabalho precário*. In: Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Grafine, 2002. Ano 3, nº 62º sem.
- NEVES, M. da G. R. & BAHIA, S. R. *De escravo a doutor: notas sobre a mão-de-obra na limpeza urbana*. In: Transformando e reciclando os restos: o lixo passado a limpo. Paço Imperial. Rio de Janeiro: 1992.
- OLIVEIRA, L. *Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um conceito*. In: Revista brasileira de Ciências Sociais. Fevereiro de 1997. Ano 12, nº 33.
- _____. *A crise e as utopias do trabalho*. In: KHARCHETE Gabriel et all. A Crise econômica dos setores populares. Entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.
- PENNA, C. G. *O estado do planeta – Sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

RODRIGUES, F. L. e CAVINATTO, V. M. *Lixo: de onde vem? Para onde vai?* Coleção Desafios. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

YASBEK, M. C. *Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil*. In: *Temporalis / Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Brasília: ABEPSS, Grafine, 2001. Ano 2, nº 3 (jan/jul).

Artigos de Jornais e Revistas:

"O Lixo que é um Verdadeiro Luxo". *Revista Veja*. Ano 37, Rio de Janeiro, 24/03/04.

"Novo Destino para o Lixo". *Jornal O Dia*. Rio de Janeiro, 06/10/03.